



DEL PODER Y SUS CRÍTICOS  
EN EL MUNDO IBÉRICO  
DEL SIGLO DE ORO

B I B L I O T E C A   Á U R E A H I S P Á N I C A

SERIE AUTORIDAD Y PODER 2

*Ignacio Arellano*  
*Antonio Feros*  
*Jesús M. Usunáriz*  
(eds.)

A José Abelardo Lourenço

BIBLIOTECA ÁUREA HISPÁNICA

BÁH

Universidad de Navarra

Editorial Iberoamericana / Vervuert

Dirección de Ignacio Arellano  
(Universidad de Navarra, Pamplona)  
con la colaboración de Christoph Stroetzki  
(Westfälische Wilhelms-Universität, Münster)  
y Marc Vitse  
(Université de Toulouse Le Mirail/Toulouse II)  
Subdirección:  
Juan M. Escudero  
(Universidad de Navarra, Pamplona)

Consejo asesor:

Patrizia Botta  
Università La Sapienza, Roma

José María Díez Borque  
Universidad Complutense, Madrid

Ruth Fine  
The Hebrew University of Jerusalem

Edward Friedman  
Vanderbilt University, Nashville

Aurelio González  
El Colegio de México

Joan Oleza  
Universidad de Valencia

Felipe Pedraza  
Universidad de Castilla-La Mancha, Ciudad Real

Antonio Sánchez Jiménez  
Université de Neuchâtel

Juan Luis Suárez  
The University of Western Ontario, London

Edwin Williamson  
University of Oxford

DEL PODER Y SUS CRÍTICOS  
EN EL MUNDO IBÉRICO  
DEL SIGLO DE ORO

IGNACIO ARELLANO  
ANTONIO FEROS  
JESÚS M. USUNÁRIZ  
(EDS.)

Serie Autoridad y Poder, 2

Editores de la serie: Ignacio Arellano, Pierre Civil, Christoph Strosetzki  
y Edwin Williamson

Reservados todos los derechos

© Iberoamericana, 2013

Amor de Dios, 1 – E-28014 Madrid

Tel.: +34 91 429 35 22 - Fax: +34 91 429 53 97

© Vervuert, 2013

Elisabethenstr. 3-9 – D-60594 Frankfurt am Main

Tel.: +49 69 597 46 17 - Fax: +49 69 597 87 43

[info@iberoamericanalibros.com](mailto:info@iberoamericanalibros.com)

[www.ibero-americana.net](http://www.ibero-americana.net)

ISBN 978-84-8489-719-4 (Iberoamericana)

ISBN 978-3-86527-771-8 (Vervuert)

Depósito Legal: M-9072-2013

Cubierta: Carlos Zamora

Impreso en España

Este libro está impreso íntegramente en papel ecológico sin cloro.

## ÍNDICE

Ignacio Arellano / Antonio Feros	
Reflexiones generales sobre autoridad y poder en el Siglo de Oro . . .	7
María Rosa Álvarez Sellers	
«Nada me parece justo en siendo contra mi gusto»: príncipes herederos en el teatro ibérico de los Siglos de Oro . . . . .	25
Fausta Antonucci	
Un recorrido por el teatro de Lope de Vega ambientado en tiempos de la antigua Roma: dramatización y solución de los conflictos entre comedia y tragedia . . . . .	41
Sara Augusto	
A <i>Fábula dos planetas</i> (1643): considerações políticas, éticas e económicas . . . . .	59
Frederick A. de Armas	
Conjunciones, cometas y conflictos: astrología y poder en Cervantes, Lope de Vega y Calderón . . . . .	75
William H. Clamurro	
De Lepanto a la expulsión de los moriscos: resonancias históricas de las <i>Novelas ejemplares</i> de Cervantes . . . . .	97
Antonio Feros	
Historia y poesía: monarcas y favoritos en las obras de Marlowe y Mira de Amescua . . . . .	111
António Apolinário Lourenço	
Lope de Vega y los portugueses: depreciación y glorificación del Rey Don Juan II . . . . .	143

- Emmanuel Marigno  
Una visión original de los conflictos de poder en las cortes  
españolas áureas: Antonio Saura, ilustrador de los *Sueños*  
de Quevedo ..... 161
- Rita Marnoto  
O tópico da mediania e a crítica à corte na literatura portuguesa  
de quinhentos ..... 179
- Carmen Rivero Iglesias  
*La inquisición de Lucifer y visita de todos los diablos*: la crítica al  
Santo Oficio de Antonio Enríquez Gómez ..... 197
- Christoph Strosetzki  
Juan Luis Vives frente a la autoridad de Aristóteles y el poder  
de la Universidad de París ..... 213
- Jesús M. Usunáriz  
Crítica y política exterior en la España del siglo xvii: las relaciones  
con Inglaterra ..... 227

## O TÓPICO DA MEDIANIA E A CRÍTICA À CORTE NA LITERATURA PORTUGUESA DE QUINHENTOS

Rita Marnoto  
*Universidade de Coimbra*

1. O desenvolvimento das cidades e o correlato fenómeno de urbanização, em franco progresso a partir da Baixa Idade Média, coincidem com formas de organização do poder que encontram na sociedade de corte um fundamental esteio. Urbanização e afirmação da sociedade de corte são, pois, um binómio cujos termos se sustentam mutuamente.

De facto, a sociedade de corte do Antigo Regime instala-se em agregados geográficos que são, da mesma feita, gérmes da vida urbana. Essa inserção emblematiza, a bom título, a corte, também no que toca à sua especificidade. Assim, a corte de Toledo, de Madride, de Valhadolide, de Mântua, de Nápoles, ou, passando para Portugal, do Paço da Ribeira ou de Vila Viçosa<sup>1</sup>. A designação topológica identifica, por si, um quadro urbanístico, um conjunto de edificações cívicas e religiosas, a hegemonia de um governante, seja ele um rei, um príncipe, um duque, etc., a preponderância de uma família ou de um conjunto de famílias e a observância de um código de costumes, bem como uma rede de ligações e de contactos externos que, no seu todo, consubstanciam modalidades de inserção histórica. Se a deslocação da

<sup>1</sup> Pelo que diz respeito à sociedade de corte europeia e aos vários aspectos do desenvolvimento, do século xv em diante, a partir de uma matriz italiana, ver o índice sistemático da bibliografia produzida pelo *Centro Studi Europa delle Corti (Europa delle corti, 2006)*. Quanto à sociedade de corte portuguesa, destaco as duas monografias, ambas realizadas no âmbito disciplinar da história, Gomes, 1995, para a Baixa Idade Média, e Cunha, 2000, para a corte de Bragança até 1640, ambas acompanhadas de bibliografia.

corte para espaços limítrofes, como Stupinigi no Piemonte, Versalhes em França e Mafra em Portugal, por um lado, pode criar novas centralidades, por outro lado, prenuncia, afinal, o próprio declínio das estruturas do Antigo Regime.

O papel desempenhado por essa marca urbana é fundamental para a construção de uma imagem que articula de forma dinâmica espaço interior e espaço exterior à corte, e que se erigiu, ao longo dos tempos, em baluarte de estratégias de poder que acompanharam os rumos da Europa. Passa, pois, por um vivo intercâmbio entre vários pólos produtores de cultura, numa contínua circulação de pessoas, bens e ideias.

Quando Torquato Tasso, na década de 1580, ou seja, num momento avançado da estruturação da sociedade de corte italiana, escreve o seu diálogo *Il Malpiglio overo de la Corte*, sublinha bem uma urbanidade que concebe nestes termos:

[...] avegna che la corte sia adunanza di varie nazioni, le quali non usano una lingua solamente, ma con gli italiani sono mescolati i Tedeschi, i Francesi, i Boemi, i Greci e quelle d'altre provincie, fra' quali è gran concordia nel servire al principe; e s'alcuna contesa è in questo, è contesa di gentilezza e di cortesia. [...] L'affabilità del principe dovrebbe confortarvi, il quale non dee far differenza fra le diverse nazioni<sup>2</sup>.

A abertura ao estrangeiro e o acolhimento que aos visitantes é dispensado, desde logo pelo próprio príncipe, constituem, pois, charneira da atmosfera urbana.

Nesse domínio, cabe um papel modelar à forma como a sociedade de corte se desenvolveu, em Itália, nos séculos xv e xvi. Essa especificidade decorre, em boa parte, do facto de, em termos europeus, se tratar de um segundo estágio do seu florescimento. Ao padrão *cortês* ocitano, cuja presença, em Itália, foi discreta, sobrepôs-se um segundo paradigma, mais avançado no tempo, que costuma ser designado como *cortesão* ou *cortesanesco*<sup>3</sup>. Respondeu a uma nova situação histórica e antropológica, caracterizada pela aproximação entre o centro do poder e uma elite mais alargada e em ascensão. Trata-se de um mo-

<sup>2</sup> Tasso, *Il Malpiglio overo de la Corte*, vol. 2, p. 564.

<sup>3</sup> Santagata, 2006.

mento decisivo para a afirmação e sedimentação da corte como *institutio* assente numa tradição moral que por ela própria é transmitida, através do conjunto de normas de comportamento antropológico que no seu seio é observado<sup>4</sup>.

A simbiose entre essas duas instâncias em rota de convergência, o príncipe e a corte, teve por factor de aglutinação a circularidade homologante de práticas e comportamentos normalizados. Conversação, forma de vestir, gestualidade ou desempenho em circunstâncias públicas foram factores constitutivos do seu espírito de corpo. Num ambiente caracterizado pela progressão dos índices de acesso às letras, a literatura anda intimamente ligada ao estatuto do cortesão. A homologação do comportamento gregário de indivíduos cuja proveniência é genericamente diferenciada tem por primordial instrumento mediador o tratado de cortesia. A matriz formulada por Baldassar Castiglione, em *Il libro del cortigiano*, editado no ano de 1528, afirma-se, em particular, como referência de alcance europeu, cuja incidência se alargou de forma estável até ao final do Antigo Regime.

No conjunto de observações que acabei de enunciar, ficam sistematizados os parâmetros a partir dos quais considero a articulação da crítica a um órgão essencialmente urbano, como o é a corte, com o ideal da mediania campestre. Tomarei por referência alguns textos da literatura portuguesa, entre finais do século xv e a centúria seguinte.

2. A sátira indirecta à vida de corte tem por referência, de uma forma ou de outra, o significado dourado e o apreço pelo ambiente áulico, assumindo o tratamento desse tema um carácter tópico, como o mostra uma estudiosa do assunto, Pauline Smith<sup>5</sup>. Desde a Antiguidade que se vai acumulando uma série de procedimentos literários que, ao serem retomados e reproduzidos em sucessão, adquirem o estatuto de lugar-comum. Poder-se-ia remontar a *O eunuco* de Terêncio e às *Sátiras* de Juvenal, bem como aos *Moralia* de Plutarco e a *O Mestre de retórica* de Luciano, embora as *Sátiras* de Horácio sejam o texto cujo espectro de divulgação se destaca pelo seu longo alcance.

<sup>4</sup> Quondam, 2000.

<sup>5</sup> Existe uma bibliografia especializada sobre o assunto, onde se destacam Smith, 1966, e Márquez de Villanueva, 1998, vol. 1, pp. 156-170.

No seio de temas muito vários, os alvos mais fustigados são a adulação, a falsidade, o parasitismo, a ostentação, a satisfação dos vícios do corpo ou a busca de comodidades. Não raro, a versatilidade do seu tratamento põe a descoberto o reverso do aulicismo, pelo que diz respeito às precárias condições em que se vive na corte. É nesse plano que a apologia da *mediocritas* campestre é apresentada como uma alternativa a esse tipo de integração social<sup>6</sup>.

Uma das características desse discurso crítico é o comprometimento do seu autor ou da entidade que por ele é responsável com a própria sociedade de corte. O sujeito que, no plano do enunciado, critica a corte, redundando, se passarmos ao plano da enunciação, num dos membros desse núcleo gregário ou em alguém que dele está muito próximo. Essa polarização, entre plano da enunciação e plano do enunciado, tem incidência trans-histórica.

Um dos tratados medievais que de forma mais incisiva critica os vícios da corte, *De nugis curialium*, abre-se com a assunção de que o seu autor se encontra envolvido nesse mesmo ambiente. É nestes termos que o galês Walter Map abre as suas páginas<sup>7</sup>:

«Existo no tempo e falo do tempo», disse Santo Agostinho, acrescentando, “não sei o que é o tempo”. Posso dizer, exprimindo a minha admiração em termos semelhantes, que existo na corte e que falo da corte, e não sei, Deus que o diga, o que é a corte. Sei, contudo, que a corte não é tempo, apesar de ser temporal, pois é mutável e variável, estável e errante, sem nunca ter um estado permanente. Quando me afasto dela, conheço-a perfeitamente, quando a ela regresso, não encontro nela nada ou quase nada do que lá tinha deixado. Torno-me um estrangeiro para ela e para mim.

A exploração da célebre máxima de Santo Agostinho acerca do tempo, à cabeça de um capítulo que compara a corte ao inferno, na

<sup>6</sup> Redondo, 1979.

<sup>7</sup> «“In tempore sum et de tempore loquor”, ait Augustinus, et adiecit: “nescio quid sit tempus”. Ego simili possum admiracione dicere quod in curia sum, et de curia loquor, et nescio, Deus scit, quid sit curia. Scio tamen quod curia non est tempus; temporalis quidem est, mutabilis et uaria, localis et erratica, numquam in eodam status permanens. In recessu meo totam agnosco, in reditu nichil aut modicum inuenio quod dereliquerim; extraneam uideo factus alienus» (Map, *De nugis curialium*, p. 2).

senda do *Policraticus sive de nugis curialium et vestigiis philosophorum* de John de Salisbury, não é isenta de ousadia. Concomitantemente, a pertença e o distanciamento do ambiente de corte dão ao discurso de Map uma polivalência que o situa entre autoridade e ironia. É uma subtilidade que marca de forma mais ou menos refinada, na sua dualidade, todo o discurso crítico sobre a corte, como se verá.

Os humanistas dão particular relevo ao tema, de Petrarca a Enea Silvio Piccolomini (cujo *De curialium meseriis* foi editado em tradução espanhola em 1520 e 1529), Erasmo ou Ulrich von Hutten, e sem esquecer o André de Resende do poema *De vita aulica*. Elegem-no como veículo através do qual exprimem os grandes princípios de renovação intelectual e de saneamento moral e social que propugnam. Da mesma feita, as suas páginas consagram uma série de reenvios textuais, de temas tipificados e de modalidades de organização retórica que sedimentam o carácter tópico da crítica à corte, reafirmando o seu estatuto como tradição.

Neste quadro, *Il libro del cortegiano* assinala um importante ponto de viragem. Ao explorar a fluidez e a homogeneidade do universo cortesão, Baldassar Castiglione capta o seu carácter orgânico. No cerne desta questão, encontra-se o conceito de *sprezzatura*, com o discurso que lhe é correlato, enquanto modalidade de erradicação de choques e conflitos. Compreende o discurso interpessoal, que faz a apologia e é veículo de um consenso conseguido através da exposição e da observância daquela norma que é património comum.

Contudo, a rigorosa codificação das práticas de corte e o sentido que Castiglione dá à respectiva preceituação, ao mesmo tempo que recuperam e abrilhantam a imagem áulica, propulsionam a reacção a um protótipo perfeitamente sistematizado, dessa feita disponível para uma vasta gama de re-usos, também de derisão.

3. A literatura portuguesa do século XVI não conta, como é sabido, com um tratado codificador do desempenho cortesão. Há notícias acerca da continuidade da circulação de textos normativos medievais, como a tradução das *Partidas* de Afonso X, cujo original, segundo relatos anedóticos, teria sido deixado por D. João I de Castela na retirada de Aljubarrota<sup>8</sup>. Trata-se, porém, de um conjunto de regulamentações in-

<sup>8</sup> Dias, 1994.

tegradas no campo do direito. Por sua vez, o manuseamento do chamado *Livro vermelho* de D. Afonso V, cuja versão integral se perdeu<sup>9</sup>, estende-se pelo século XVI. Do fragmento editado pelo Abade Correia da Serra (*Livro vermelho*), resulta, todavia, que está em causa uma compilação de normativas de alcance muito vasto, entre rendas, tensas, casamentos, formulários para cartas, jurisdições, moeda, comércio, títulos, montadas, etc., as quais se intitulam mesmo, muitas vezes, como alvarás<sup>10</sup>. Têm, pois, uma forte incidência administrativa e assumem uma função de regulamentação hierárquica. A codificarem atitudes, prescrevem formas de tratamento, gestos ou relações topológicas que podem dizer respeito quer à distância entre pessoas, quer ao lugar relativo que devem ocupar.

Diferentemente, a tratadística italiana do Renascimento privilegia um desempenho mais fluido e em construção, porquanto firmado sobre um leque de atitudes e de valores a que o cortesão deverá dar um cariz próprio. Fazem parte desse código de valores a *grazia* e a *sprezzatura*. No plano interdiscursivo, compete-lhe escolher a forma mais adequada de conversar com o príncipe, com uma senhora da corte ou com outros cortesãos. Para participar com elegância em jogos de armas, em cenas de baile ou em sessões de poesia, deverá apurar a sua formação. Como tal, a homogeneização dos comportamentos deixa um significativo espaço para a demonstração da desenvoltura individual.

Todavia, a feição conservadora da corte portuguesa, a homogeneidade social dos seus membros e a centralidade do monarca são factores que não acentuam a necessidade de uma nova tratadística sistemática e orgânica sobre o assunto. Diferentemente, em Itália, a deslocação das atenções, do monarca, para a corte e para o cortesão, tornou premente a definição da identidade antropológica dos membros de um corpo cuja proveniência era diversificada. O seu denominador comum foi um comportamento normalizado, que uma tipologia literária específica se encarregou de sistematizar e de consagrar.

Os fundos das bibliotecas portuguesas mostram bem que *Il libro del cortegiano* era sobejamente lido e conhecido, além do mais através da

<sup>9</sup> Gomes, 1995, pp. 332-333.

<sup>10</sup> Relativamente à casa de Bragança, ver os vários textos normativos que regiam a sua etiqueta para os quais remete Cunha, 2000, p. 151 ss. O carácter conservador da corte de Vila Viçosa leva a que a sua observância se estenda no tempo.

tradução castelhana de Juan Boscán, e que também eram manejados vários outros tratados que, de uma forma ou de outra, se integravam no filão literário inaugurado por Castiglione, circulando na sua órbita. Não que os modelos de comportamento cortesanesco deixassem de ser matéria de reflexão literária, mas em passos dispersos de obras pertencentes a outras tipologias.

4. No que respeita às letras portuguesas, um dos primeiros textos literários que se apresenta como regra de corte foi publicado no *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, o grande repositório da poesia paçã produzida entre meados do século xv e o ano da sua edição, 1516. Trata-se de um poema do Coudel-mor, Fernão da Silveira, que enumera uma série de regras pelas quais se deve reger a vida do cortesão, *Tovas de Fernão da Silveira, Coudel-mor, a seu sobrinho Garcia de Melo de Serpa, dando-lhe regra pera se saber vestir e tratar o paço*<sup>11</sup>. Ao longo dos seus versos, são passados em resenha aspectos que vão da aparência e do vestuário ao trato social, à conversação, aos jogos e outras formas de entretenimento, aos feitos de armas e ao convívio com as damas.

Logo no começo, é de forma jocosa que Fernão da Silveira apresenta a origem dos preceitos:

regê-vos por esta regra  
que fundei vindo d'Arouca<sup>12</sup>.

As regras a que obedece a vida cortesã têm afinal uma proveniência exógena relativamente ao centro do poder real, que é masculino e civil. Nesse aspecto, o Coudel-mor joga com a polivalência da palavra regra, que é também a regra religiosa, sendo Arouca sede de um convento a tantos títulos modelar, mas não tanto por alguns aspectos da vida das suas monjas. O distanciamento do observador alia-se, por consequência, ao descentramento da instância do poder, da qual afinal faz parte.

<sup>11</sup> *Cancioneiro geral*, vol. 1, pp. 165-172, núm. 31. Acerca da biografia dos vários poetas do *Cancioneiro geral*, foram consultados o vol. 6 dessa mesma edição, bem como o *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, 1993.

<sup>12</sup> *Cancioneiro geral*, vol. 1, p. 165.

Essa estratégia textual estende-se, deste próêmio, a todo o texto da *Regra pera se saber vestir e tratar o paço*. A ironia que o perpassa é auto-ironia, na medida em que o próprio poeta se inclui no grupo visado, quer enquanto distinto cortesão, quer enquanto autoridade do reino. Fernão da Silveira ocupava, de facto, elevados cargos dirigentes, não só enquanto Coudel-mor, o que implicava a organização e a superintendência dos serviços de cavalaria e o zelo pela observância das leis que os regulavam, mas também enquanto Escrivão da Pureza. Ao situar-se num plano de intersecção entre a descrição de um sistema consuetudinário e uma perspectiva de distanciamento que também implica o locutor, essa ironia toca as raias do modo picaresco.

Mas no *Cancioneiro geral*, para além destas regras em tom facetado, encontram-se dois textos sobre o desempenho cortesão em que a vertente crítica recorre ao expediente da antinomia entre a vida na corte e a vida no campo, e que por isso têm particular importância para esta pesquisa. Essas duas composições rasgam um filão muito expressivo, que terá uma certa ressonância na literatura portuguesa da época. Trata-se das *Tovas que Nuno Pereira mandou a Francisco da Silveira*<sup>13</sup> e da composição *De João Rodrigues de Castel Branco, contador da Guarda, a António Pacheco, veador da moeda de Lisboa, em reposta d'ua carta que lhe mandou, em que motejava dele*<sup>14</sup>.

Nuno Pereira vive no campo e confronta a tranquilidade e as alegrias do seu retiro rural com as contrariedades do ambiente áulico da capital. Ao longo das suas décimas, vai explanando, por via retórica, os contrastes entre os dois modos de vida, num andamento em crescendo. Inicialmente, começa por opor as evanescências cortesãs à estabilidade dos bens rurais, a adulação e a ocasionalidade à segurança e ao sossego, os feitos de armas ao amanho da terra, os amores do paço aos trabalhos rurais. No ápice da sua argumentação, faz recurso à *quaestio* retórica, para, através de uma estratégia de *captatio*, acumular uma série de contrapontos enfáticos balanceados entre um *eu*, que é locutor, e um *vós*, que é interlocutor:

E vós lá galantear  
e eu com foce e padam,

<sup>13</sup> *Cancioneiro geral*, vol. 1, pp. 280-283, núm. 88.

<sup>14</sup> *Cancioneiro geral*, vol. 2, pp. 312-316, núm. 393.

vós damejar,  
 eu enxertos enxertar,  
 quem terá menos paixam?  
 Vós na corte Cortesão,  
 eu com meu fogo e meu lar,  
 vós loução  
 e eu com aqor na mão,  
 qual é mais certo folgar?<sup>15</sup>

O neologismo *damejar* satiriza a vida paçã como moda, não sendo de excluir que certas expressões compreendam alusões eróticas veladas, pondo a ridículo os ouropéis áulicos.

Sob a superfície do texto, aloja-se, de facto, um jogo de sentidos codificados que é assumido por Nuno Pereira, quando escreve:

Também sei que o sabeis  
 com outras cousas sabendo,  
 já m'entendeis,  
 na resposta nam canseis,  
 cá também já vos entendo<sup>16</sup>.

Fica assim atestada uma convivência entre locutor e alocutário que dispensa a explicitação das entrelinhas do discurso. E, contudo, as posições acerca da vida de corte são apresentadas como distintas e em confronto. Este conjunto de circunstâncias é sinal do carácter tópico do debate em torno da vida campestre como alternativa à existência cortesã.

Se, do plano textual, se passar para o plano histórico, essa constatação é reiterada. Sendo o destinatário das trovas Francisco da Silveira, também ele Coudel-mor tal como seu pai Fernão da Silveira, ganham continuidade os elos através dos quais se vai repetindo um jogo entre personalidades de relevo do ambiente cortesão. Por consequência, a cumplicidade lúdica entre interlocutores, que reflecte a circularidade tópica que liga meio urbano e esfera campestre, amplia-se.

Quanto às trovas de João Rodrigues de Castelo Branco, seguem um esquema retórico semelhante, que opõe vida áulica e pacatez bei-

<sup>15</sup> *Cancioneiro geral*, vol. 1, p. 282.

<sup>16</sup> *Cancioneiro geral*, vol. 1, p. 281.

rã. Comodidades e prazeres rurais são confrontados com as privações da corte, da mesma forma que saber e conhecimento da natureza e das formas de a trabalhar são descritos como alternativa às actividades monetárias. Mas também neste caso o contraponto é minado pela ironia. Se o despojamento do retiro rural é apresentado com uma ingenuidade simplória, as fragilidades da vida de corte são enfatizadas por deformação caricatural. As batalhas travam-se com pulgas e a precariedade da alimentação é assimilada ao jejum do bom cristão:

Quantas vezes pejei  
 convosco sobola manta,  
 onde era a pulga tanta  
 quanta sabeis que matei.  
 Quantas vezes jejumei  
 sem ter muita devação,  
 Deos o sabe e vosso irmão  
 com que já também pousei<sup>17</sup>.

Mas a penúltima oitava da *carta* põe radicalmente por terra, se dúvidas houvesse, a lógica do retiro campestre:

Por isso, senhor Mafoma,  
 tresmontei cá nesta Beira,  
 por tomar a derradeira  
 vida que todo homem toma.  
 Porque há lá tanta soma  
 de males e de paixão  
 que, por nam ser cortesão,  
 fógirei daqui té Roma.  
 (*Cancioneiro geral*, vol. 2, pp. 315-316)

Por coerência com tudo quanto anteriormente foi dito, Roma de modo algum poderia ser considerada, em sentido próprio, o oposto da vida paçã lisboeta. Nos primórdios do século XVI, era nessa cidade que resplandeciam algumas das mais portentosas cortes da Europa. A referência maior vai para a corte papal, que com Leão X e com Clemente VII viu o seu fulgor acentuado pela ligação com a Florença

<sup>17</sup> *Cancioneiro geral*, vol. 2, p. 314.

da família Medici. Mas, além disso, pululavam nessa cidade faustosas cortes de cardeais, senhores abastados e mecenas, em reuniões onde se cruzavam D. Miguel da Silva, Sá de Miranda, Coloci, Bembo e o grande mestre da cortesania que foi Castiglione. Este salto na estruturação retórica do discurso põe a descoberto a subalternização da coerência conceptual do discurso, à qual se sobrepõe um valor tópico.

A conformidade destas composições com o modelo que Pauline Smith<sup>18</sup> considera típico da crítica à corte medieval ilustra a sua integração numa tradição sedimentada: formulação epistolar, intervenção de um locutor que vive ou viveu na corte e se dirige a um alocutário. Mostra-se, pois, sintomático que alguns dos primeiros textos das letras portuguesas que compilam normas básicas para o desempenho cortesão ou reflectem sobre hábitos paçãos instituíam um distanciamento irónico, sob cuja alçada se associa, a uma perspectiva crítica da sociedade de corte, o seu reconhecimento.

5. O sistema de dualidades que caracteriza a crítica à corte associa, pois, elementos portadores de um significado tipificado a elementos dotados de implicações históricas precisas. Esse desdobramento tem muito a ver, no seu funcionamento semiótico, com o modo bucólico. O modo bucólico é não disjuntivo<sup>19</sup>. O signo linguístico adquire uma dupla referencialidade, na medida em que, à relação não motivada entre significante e significado que está ligada a um sistema linguístico institucionalizado, nos termos de Saussure, uma outra se vem acrescentar, de ordem simbólica. A personagem pastoril, bem como tantos outros elementos constituintes dessa mesma esfera, tem um carácter tópico, vinculado a convenções genológicas seculares, ao mesmo tempo que desdobra vivências urbanas relativas à narratividade histórica.

Desta feita, nas primeiras éclogas da literatura portuguesa, entre a *Crisfal*, as bucólicas de Bernardim Ribeiro e as de Francisco de Sá de Miranda, têm vindo a ser apontados entrecchos e situações onde se pode encontrar contida uma crítica à corte, camuflada pela defesa do retiro rural. No entanto, só muito dificilmente é possível identificá-los como tal, dado o carácter cifrado da cena pastoril. A complexidade desta situação decorre da acumulação de duas convenções que con-

<sup>18</sup> Smith, 1966, pp. 38-39.

<sup>19</sup> Marnoto, 1996, pp. 15-25.

vergem no uso da capa bucólica, uma de modo, que é a do próprio bucolismo, outra de incidência semântico-pragmática, relativa ao tópico da crítica à corte através do elogio da mediania campestre.

Essa disjunção de matriz bucólica intersecta-se com vários gêneros literários, através de processos de contaminação, alcançando um largo espectro no período que corre entre os finais da Idade Média e os alvares do Renascimento. A sua articulação com o gênero dramático marcou um importante filão do teatro ibérico, no qual também Gil Vicente se insere<sup>20</sup>.

Este dramaturgo representou uma visão muito crítica de vários aspectos da sociedade de corte do seu tempo<sup>21</sup>, mas é a forma específica como o pastor, enquanto símbolo da mediania, a exprime, que assume particular interesse para esta pesquisa. Valha por todas a citação inicial daquela que é considerada a primeira representação vicentina em ambiente cortesão, o auto da *Visitação*. Abre-se com os protestos do vaqueiro que entra no palácio real:

Pardiez siete arrepelones  
me pegaron a la entrada,  
mas yo di una puñada  
a uno de los rascones.

Empero si yo tal supiera,  
ño viniera  
y si viniera ño entrara  
y si entrara yo mirara  
de manera  
que ñinguno no me diera<sup>22</sup>.

Para esta figura rústica, a corte é um meio hostil, que rechaça quem nele não se encontra integrado, o que a deixa desconcertada.

<sup>20</sup> Uma boa síntese dos precedentes ibéricos do teatro de Gil Vicente pode-se ler em Bernardes, 1995, pp. 119-177.

<sup>21</sup> Por vezes de modo frontal: «Vim-me à corte cuidando achar / quem me fizesse algum gasalhado / sem achar nunca ninguém mal pecado / quem me quisesse somente olhar. / Oh grã crueldade / que os tempos de agora tem tal calidade / que todos no paço já trazem por lei / que todo aquele que falar verdade / é logo botado da graça del rei.», diz a Verdade no auto da *Festa* (Vicente, *Obras*, vol. 2, p. 656). Sobre este assunto ver Coelho, 1994.

<sup>22</sup> Vicente, *Obras*, vol. 1, p. 5.

São várias as circunstâncias que mostram como essas críticas têm um carácter tópico. A representação é de índole celebrativa, e ao mais alto nível, tendo sido feita na própria câmara da rainha D. Maria para assinalar o nascimento do príncipe D. João, futuro D. João III. Aliás, mal entra no palácio, o vaqueiro logo reconhece, com deslumbramento, a grandeza de tudo quanto nele há. Mas a cumplicidade do dramaturgo vai mais longe, se considerarmos que o auto foi representado pelo próprio Gil Vicente. A reacção inicial do vaqueiro perante o ambiente de corte desdobra, pois, o alto apreço que merece ao homem de teatro que nele representa pela primeira vez, segundo reza a tradição, e que se serve do tópico da mediania para o elevar.

6. Com as novas perspectivas do humanismo renascentista, essa crítica apura os seus contornos, no seio de um discurso mais vasto que diz respeito à afirmação de ideais cívicos e religiosos. Francisco de Sá de Miranda é o primeiro grande poeta português a representar essa tendência.

O modo como Sá de Miranda perspectiva os ambientes áulicos é substancialmente diferenciado do de Castiglione. O confronto dialógico, de matriz platónica e ciceroniana, é uma plataforma comum, mas o poeta português não trabalha aquela moderação, no seio de cada um dos posicionamentos em jogo, que para Castiglione é base elementar do consenso cortesão. Todo o diálogo entre locutores e alocutários de *Il cortigiano* se vai processando e vai evoluindo através de uma concertada harmonia. Essa visão de consenso não admite, por consequência, críticas directas, e muito menos diatribes. A abordagem interventiva ou correctiva, se necessária, é remetida para o domínio das facécias, que são também uma prova da fineza de quem as conta. Ora, as reflexões do poeta português integram-se numa fase do historial da crítica à corte *ante* Castiglione. Além de não partilhar de uma visão orgânica da esfera áulica, Sá de Miranda tem uma concepção hierárquica da interacção social, característica de um estrato instalado, que colide com o elitismo homogeneizante de Castiglione.

As observações críticas do poeta português acerca do modo de vida cortesão alargam-se por várias composições escritas ao longo da sua trajectória literária, plasmando de modo palmar as suas concepções literárias e ideológicas. Conhecia bem a vida de corte, e não só a portuguesa, tendo em linha de conta a sua viagem até Itália e a sua estadia em Roma. É um dos poetas do *Cancioneiro geral*, e, como tal, teve par-

te activa, durante um certo período, no ritual pação. Documentos compilados no *Chartularium* levaram à retrodatação da sua ida para Itália, que terá ocorrido em 1515, pelo que a estadia transalpina se alarga para cerca de dez anos<sup>23</sup>. Em Roma, esteve ao serviço de D. Miguel da Silva, que desempenhou funções de embaixador, tendo acompanhado o período mais glorioso do seu mecenato<sup>24</sup>. D. Miguel frequentava os círculos de Salviati, os Orti Ruscellai e outros *orti letterari* onde conviviam Pietro Bembo, Sadoletto, Castiglione (que lhe dedicou *Il cortegiano*), Angelo Coloci, além de tantos outros destacados nomes do Renascimento italiano. De regresso a Portugal, quando, nos últimos anos da década de 1520, a peste assolou a cidade de Lisboa, Sá de Miranda acompanhou a estadia da corte em Coimbra<sup>25</sup>.

Uma das mais duras diatribes que contra ela lança encontra-se na carta a Pero de Carvalho, e diz respeito, precisamente, à permanência da corte em Coimbra:

Essa Circes feiticeira  
da corte tudo trasanda;  
um faz uma onça ligeira,  
outro faz lobo que manda,  
outro cão que a caça cheira.  
Cantão ó passar sereas  
que fazem adormecer.  
Correndo todas as veas  
de sono e tal sabor cheas,  
não se pode homem erguer<sup>26</sup>.

Os três animais que simbolizam os vícios áulicos, a onça, o lobo e o cão, desdobram os três animais que, nos tercetos iniciais da *Commedia*, representam a luxúria, a soberba e o interesse. Mas a carta é, toda ela, um ataque cerrado contra a altivez, a cobiça, a inveja e a ufanía bélica. Tem por alternativa a apologia de uma vida em comunhão com a natureza, à luz de um ideal de despojamento de inspiração horaciana, de modo a elevar o homem no plano moral, religioso e intelectual.

<sup>23</sup> *Chartularium universitatis portugalensis (1288-1537)*, p. 300 e ss.

<sup>24</sup> Deswarte, 1989, 2004; Earle, 1997.

<sup>25</sup> Vasconcelos, em Miranda, *Obras*, pp. 792-793.

<sup>26</sup> Miranda, *Poesias*, p. 222, núm. 106.

Aliás, nas estrofes finais é prestado tributo a três autoridades tomadas como referência, S. Paulo, Sócrates e Énio, que podem ser consideradas parâmetros do humanismo cristão mirandino.

São vários os factores que põem em evidência o carácter tópico desta convergência entre crítica à corte e apologia da vida campestre, a começar pela inserção do próprio poeta no círculo cortesão. Na verdade, Sá de Miranda visa um ideal e defende um programa. A mostrar como a harmonia rural reverte, tantas vezes, numa paisagem literária, recorde-se a carta a António Pereira, homem de grande cultura que vivia retirado nas suas propriedades. Também o campo pode ser alvo de crítica, se é invadido pelos efeitos nefastos do materialismo e de outros flagelos sociais. É o que acontece quando por Cabeceiras de Basto *correm pardaos*, as moedas da Índia portuguesa<sup>27</sup>.

Retirado no Minho, se abandonou o espaço pação, Sá de Miranda não deixou de manter e de cultivar os seus contactos com outros escritores do seu tempo. Aquele intercâmbio intelectual que é uma das componentes, e não de somenos importância, da urbanidade própria do ambiente cortesão, esse, continuou a ser esteio do poeta do Neiva<sup>28</sup>.

8. O reiterado tratamento do tópico da vida campestre, integrado na crítica à vida de corte, coincide, nas letras portuguesas do século XVI, com a ausência de um tratado normativo sobre os costumes áulicos. Será, pois, sintomático, a esse propósito, que quando esse tratado é editado, em 1619, o seu título seja *Corte na aldeia e noites de inverno*.

<sup>27</sup> «Quando eu vi correr pardaos / por Cabeceiras de Basto, / crescer em cercas e em gasto, / vi por caminhos tam maos / tal trilha, tamanho rasto, / nesta ora os olhos ergui / á casa antiga e á torre / dizendo comigo assi: / se nos deus não val aqui, / perigoso imigo corre!» (Miranda, *Poesias*, p. 237, núm. 108). São também significativos, passos da carta ao seu irmão Mem de Sá (pp. 225-236, núm. 107) e da carta a D. Fernando de Menezes (pp. 251-258, núm. 109).

<sup>28</sup> Ponto de vista assim sintetizado por T. F. Earle: «Começou a carreira como um dramaturgo urbano e espirituoso da vida social italiana. Durante muitos anos foi cortesão, em Lisboa e na altamente sofisticada corte de Roma. Em idade avançada Sá de Miranda abandonou a corte portuguesa e reformou-se na rural e distante província do Minho. Mas isto não quer dizer que se tenha esquecido de tudo o que tinha aprendido em Roma e em Lisboa. A vida de corte depende em particular de saber formar uma rede de contactos, da amizade, portanto, real ou fingida, e da arte da conversa» (Earle, 2004, pp. 130-131).

## BIBLIOGRAFÍA

- BERNARDES, J. A. C., *Sátira e lirismo: modelos de síntese no teatro de Gil Vicente*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995 [Dissertação de doutoramento polí-copiada].
- Cancioneiro geral de Garcia de Resende*, ed. A. F. Dias, Lisboa, IN-CM, 1990-2003, 6 vols.
- CASTIGLIONE, B., *Il libro del cortegiano*, ed. A. Quondam / Nicola Longo, Milano, Garzanti, 1981.
- *El cortesano*, ed. M. Menéndez y Pelayo, Madrid, CSIC, 1942.
- Chartularium universitatis portugalensis (1288-1537), vol. 12 (1521-1525)*, ed. A. Estorninho et alii, Lisboa, FCT, 1995.
- COELHO, A. B., «A corte portuguesa e os autos de Gil Vicente», en *Clérigos, mercados, 'judeus' e fidalgos. Questionar a história II*, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 135-149.
- CUNHA, M. S. da, *A casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.
- DESWARTE, S., *Il «perfetto cortigiano» D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni, 1989.
- «O Poeta e o Pintor coroados de louros. Do culto de Petrarca à filosofia de Platão», en *Petrarca 700 anos*, ed. R. Marnoto, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, 2004, pp. 341-381.
- DIAS, A. F., «As Partidas de Afonso X: novos fragmentos em língua portuguesa», *Revista Portuguesa de Filologia*, 20, 1994, pp. 1-34.
- Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, ed. G. Lanciani / G. Tavani, Lisboa, Caminho, 1993.
- EARLE, T. F., *The Comedy of the Foreigners. Renaissance Sicily through Portuguese Eyes, an Inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 6 May 1997*, Oxford, Clarendon, 1997.
- «Aspectos dialógicos da écloga Basto de Sá de Miranda», *Humanismo para o nosso tempo. Estudos de homenagem a Luís de Sousa Rebelo*, ed. A. A. Nascimento et alii, Lisboa, s. ed., 2004, pp. 129-137.
- GOMES, R. C., *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.
- Europa delle corti. Centro Studi sulle Società di Antico Regime. Biblioteca del Cinquecento*, Roma, Bulzoni, 2006.
- «Livro vermelho do Senhor Rei D. Afonso V», em *Colecção de livros inéditos de história portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, ed. José Correia da Serra, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1793, vol. 3, pp. 393-541; e manuscrito Cofre 21 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, <<http://webopac.sib.uc.pt:2082/se>

- arch~S74\*por?/tlivro+vermelho/tlivro+vermelho/1,8,11,E/1856~b1777  
106&FF=tlivro+vermelho&1,1,1,0> Janeiro de 2011.
- MAP, Walter, *De nugis curialium*, ed. M. R. James / C. N. L. Brooke / R. A. B. Mynors, Oxford, Oxford University Press, 2002.
- MARNOTO, R., «Arcadia» de Sannazaro e o bucolismo, Coimbra, FLUC, 1996.
- MÁRQUEZ DE VILLANUEVA, F., *Menosprecio de corte y alabanza de aldea (Valladolid, 1539) y el tema áulico en la obra de Fray Antonio de Guevara*, Santander, Universidad de Cantabria, 1998, 2 vols.
- MENÉNDEZ Y PELAYO, M., *Horacio en España. Solaces bibliográficos*, Madrid, Hernando, 1885-1926, 3.<sup>a</sup> ed. refundida, 2 vols.
- MIRANDA, Francisco de Sá de, *Poesias*, ed. C. M. Vasconcelos, Lisboa, IN-CM, 1989.
- QUONDAM, A., «Questo povero cortegiano». *Castiglione, il Libro, la Storia*, Roma, Bulzoni, 2000.
- REDONDO, A., «Du “Beatus ille” horacien au “Mépris de la cour et éloge de la vie rustique” d’Antonio Guevara», en *L’Humanisme dans les lettres espagnoles. XIX Colloque International d’Etudes Humanistes. Tours 5-17 juillet 1976*, ed. A. Redondo, Paris, Vrin, 1979, pp. 251-265.
- SANTAGATA, M., «Nascer duas vezes. Vicissitudes da lírica italiana dos primeiros séculos», *Estudos Italianos em Portugal*, n.s., 1, 2006, pp. 13-39.
- SMITH, P. M., *The Anti-courtier Trend in Sixteenth Century French Literature*, Genève, Droz, 1966.
- TASSO, Torquato, *Il Malpiglio ovvero de la Corte, Dialoghi*, ed. E. Raimondi, Firenze, Sansoni, 1958, 2 vols.
- VICENTE, Gil, *Obras*, ed. J. Camões, Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, IN-CM, 2002, 5 vols.